



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.944, DE 2025

(Da Sra. Enfermeira Ana Paula)

Institui a meia-entrada para os profissionais de enfermagem em meio artístico-culturais e esportivos, no âmbito nacional.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-3930/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Enfermeira Ana Paula

PROJETO DE LEI Nº DE 2025
(Da Sra. Enfermeira Ana Paula)

Institui a meia-entrada para os profissionais de enfermagem em meio artístico-culturais e esportivos, no âmbito nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor cobrado para ingressos em eventos artístico-culturais e esportivos aos profissionais de enfermagem, no território nacional.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se profissional de enfermagem aqueles cujo exercício profissional é regido pela Lei Federal nº 7.498, de 25 junho de 1986.

§ 2º A meia-entrada corresponderá sempre à metade do ingresso cobrado, ainda que sobre o seu preço incidam descontos ou atividades promocionais.

§ 3º O número de ingressos vendidos com o desconto de que trata o caput deve compor os 40% (quarenta por cento) do total de ingressos disponibilizados para serem vendidos como benefício de meia-entrada, de que trata o § 10 do art. 1º da Lei Federal nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013.

§ 4º O benefício a que se refere esta Lei não se aplica a ingresso em serviços adicionais, áreas especiais e camarotes.

Art. 2º Consideram-se estabelecimentos que proporcionem eventos artísticos-culturais, para os efeitos desta Lei, os estabelecimentos que realizarem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais recreativas e quaisquer outros que proporcionem lazer cultural e entretenimento artístico.

Parágrafo único. O direito ao benefício de que trata o caput do art. 1º para os eventos esportivos será aplicado para os eventos organizados e promovidos pelas entidades nacionais de administração do desporto no âmbito nacional.



Art. 3º Os profissionais de enfermagem que optarem pelo benefício desta Lei, deverão comprovar essa condição por meio da apresentação da Carteira de Identidade Profissional ativa e na validade, emitida pelo seu Conselho de Enfermagem.

Parágrafo único. A comprovação de que trata o caput deverá ser feita no momento da aquisição do ingresso e, quando solicitada, na portaria dos estabelecimentos que realizem eventos artístico-culturais e esportivos.

Art. 4º Os organizadores dos eventos artísticos-culturais e esportivos que descumprirem o disposto nesta Lei, estarão sujeitos às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras previstas na legislação vigente:

I - advertência;

II- multa, no caso de reincidência;

§ 1º A multa prevista no inciso II será fixada entre R\$ 1.000,00 (um mil reais) e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de acordo com o porte do evento cultural ou esportivo.

§ 2º A multa prevista no inciso II deste artigo será atualizada anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será adotado outro índice criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após 90 (noventa) dias de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei da Meia-Entrada é garantida pela Lei 12.933/2013, amparada pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078/1990), regulamentada pelo decreto presidencial 8.537/2015 e atualizada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015).

A legislação aponta para um direito que faz-se necessário contemplar os profissionais de enfermagem, que atuam no âmbito nacional. Essa categoria inclui enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem de acordo com o primeiro parágrafo do Art. 1º, os quais atuam diariamente para promover saúde e o bem-estar da população.



Assim, reconhecer esses profissionais com a garantia da meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos vai ampliar o acesso a atividades que promovam qualidade de vida, integração social e saúde mental.

A expansão é uma medida de justiça social que se alinha aos princípios constitucionais de dignidade da profissão, valorização do trabalho e no reconhecimento do papel essencial que esses profissionais desempenham na sociedade. Além disso, o terceiro parágrafo do Art. 1º estipula que o número de ingressos com desconto deve compor 40% do total de ingressos disponíveis, uma medida que visa equilíbrio e protege os organizadores dos eventos de prejuízos bem como não garantem a viabilidade de camarotes de acordo com o quarto parágrafo do Art. 1º reforçando como a proposta não tem fins de elitização, reforçando o caráter essencialmente compensatório da medida.

Portanto, a previsão de penalidade detalhada no Art. 4º com multas que variam de 1.000 (mil) a 10.000 (dez mil) reais confere o necessário poder coercitivo. Em caso de descumprimento, transforma o direito assegurado em obrigação fiscalizada, garantindo dos organizadores de eventos cumpra seu papel legal, solidificando assim, respeito à categoria de enfermagem nacionalmente.

Assim, é imperativo que todo o corpo de profissionais de enfermagem do Brasil usufrua do reconhecimento formal e tangível de seu trabalho.

Diante da relevância social do tema, solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das sessões, de outubro de 2025

Deputada Enfermeira Ana Paula
PODE/CE





Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256654391000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Enfermeira Ana Paula





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

| | |
|---|---|
| LEI Nº 7.498, DE 25 DE JUNHO DE 1986 | https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7498-25junho-1986-368005-norma-pl.html |
| LEI Nº 12.933, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013 | https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12933-26dezembro-2013-777776-normapl.html |

FIM DO DOCUMENTO